

Hélintha Coeto Neitzke

**Limites e  
possibilidades  
para a propositura  
das Convenções  
Processuais**

2ª Edição

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2020

Copyright © 2020 by Hélintha Coeto Neitzke

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

N4171

Neitzke, Hélintha Coeto

Limites e possibilidades para a propositura das conven-  
ções processuais / Hélintha Coeto Neitzke. – 2. ed. – Rio de  
Janeiro : Lumen Juris, 2020.  
220 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 193-206.

ISBN 978-65-5510-110-2

1. Negócio jurídico processual. 2. Flexibilização. 3. Pro-  
cedimento. 4. Processo civil - Brasil. I. Título.

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

<b>Prefácio Livro “Limites e Possibilidades para a propositura das Convenções Processuais”, de Hélintha Coeto Neitzke .....</b>	<b>1</b>
<b>1 Introdução.....</b>	<b>5</b>
<b>2 Contexto, Objetivos e Aspectos Gerais da Lei nº. 13.105/2015 .....</b>	<b>9</b>
2.1 Processo e Procedimento .....	9
2.1.1 A legitimação pelo procedimento segundo Niklas Luhmann.....	16
2.2 Direito da parte à participação ativa procedimental.....	21
2.3 O formalismo processual .....	25
2.3.1 O direito fundamental a um procedimento adequado.....	31
2.3.2. Técnica da flexibilização procedimental por meio do princípio da adaptabilidade procedimental .....	35
2.3.3 A simplificação formal e o maior rendimento possível como objetivos buscados pela Comissão elaboradora do atual Código de Processo Civil.....	42
2.4 Privatismo/Hiperpublicismo/Publicismo – as fases pelas quais o processo passou .....	48
2.5 Modelo inquisitivo/dispositivo/cooperativo .....	52
2.5.1 O atual diploma processual e os momentos em que as partes são chamadas a participar ativamente.....	61
2.6 As convenções processuais como garantia ao acesso à justiça .....	69
<b>3 Convenções Processuais.....</b>	<b>77</b>
3.1 As convenções processuais na teoria dos fatos jurídicos processuais .....	77

3.2	Conceito e a nomenclatura mais adequada .....	84
3.3	Classificação .....	86
3.4	A regra geral do artigo 190 do Código de Processo Civil.....	91
3.4.1	A diferenciação das convenções processuais a respeito do procedimento e das situações jurídicas processuais .....	96
3.5	Requisitos das convenções processuais .....	102
3.5.1	A capacidade das partes .....	103
3.5.2	A forma.....	105
3.5.3	O objeto .....	106
3.6	O juiz e as convenções processuais .....	106
3.6.1	O plano de eficácia das convenções processuais .....	106
3.6.2	O papel do juiz diante das convenções processuais: fiscalização e controle.....	110
3.6.3	As novas atribuições do juiz no processo após a vigência do CPC/2015 .....	112
3.6.4	A criação da norma processual por convenção e sua interpretação .....	117
3.6.4.1	In dubio pro libertate .....	118
3.6.4.2	A Cláusula Geral.....	121
3.6.4.3	A observância do contraditório em atenção ao atual modelo cooperativo de processo .....	124
3.6.4.4	Aproveitamento e convalidação das convenções processuais.....	127
<b>4</b>	<b>Possibilidades e Limites das Convenções Processuais.....</b>	<b>129</b>
4.1	A autonomia das convenções processuais.....	129
4.2	Atos processuais dispositivos.....	131
4.3	O objeto nas convenções processuais .....	134
4.3.1	Direitos que admitam autocomposição .....	135
4.3.2	Casísticas de objetos lícitos nas convenções processuais .....	143

4.3.2.1 Convenções processuais relacionadas à fase de conhecimento .....	144
4.3.2.1.1 Convenções processuais relacionadas ao ônus da prova.....	145
4.3.2.1.2 Calendário processual.....	147
4.3.2.2 Convenções processuais relacionadas à fase recursal .....	152
4.3.2.3 Convenções processuais relacionadas à fase de execução .....	154
4.3.2.4 Convenções processuais x Juizados Especiais .....	156
4.3.2.5 Convenções processuais x Ações Coletivas .....	157
4.3.2.6 Convenções processuais x Fazenda Pública .....	161
4.3.2.7 Convenções processuais x Ministério Público .....	165
4.4 Limites gerais das convenções processuais.....	167
4.4.1 Boa-fé .....	167
4.4.2 Ordem pública.....	171
4.5 Limites específicos das convenções processuais .....	173
4.5.1 Casos de “nulidades” do parágrafo único do artigo 190 do CPC/2015.....	174
4.5.1.1 Reserva legal .....	174
4.5.1.2 Vícios da vontade e vícios sociais .....	175
4.5.1.3 Ofensa aos direitos fundamentais .....	177
4.5.2 Inserção abusiva em contrato de adesão.....	181
4.5.3 Parte em manifesta situação de vulnerabilidade .....	183
4.6 Via recursal cabível .....	186
<b>5 Conclusões.....</b>	<b>189</b>
<b>Referências .....</b>	<b>193</b>